

## **XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA**

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

*Campus Itapetininga*

### **DA TOLERÂNCIA AO RECONHECIMENTO: A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

Bianca Marques de Oliveira – Licenciatura em Física/IFSP-ITP<sup>1</sup>

Bruno Ferreira Hazenfratz – Licenciatura em Física/IFSP-ITP<sup>2</sup>

Ezequias Lima Silva – Licenciatura em Física/ IFSP-ITP<sup>3</sup>

Prof. Dra. Marina Salles Leite Lombardi - IFSP-ITP<sup>4</sup>

#### **Introdução**

Esta pesquisa foi realizada na disciplina de Educação e Sociedade 1, no curso de Licenciatura em Física do IFSP/ITP. Teve como princípio discutir o multiculturalismo e a interculturalidade no contexto escolar, refletindo sobre como esses conceitos se manifestam nas práticas pedagógicas e nas relações dentro da sala de aula. Partiu da premissa de que as salas de aula brasileiras são compostas por indivíduos de diferentes culturas, crenças, situações econômicas e etnias e, apesar disso, constatou que ainda observamos educação e cultura como dois pólos independentes e não articulados. Segundo Saviani (2007), a problemática da relação entre esses dois âmbitos começa com o sistema de educação jesuítico, que representou um instrumento de dominação ideológica e cultural. De acordo com Santos (2003, p. 26), a expressão "[...] multiculturalismo designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades "modernas". Dessa forma, a pesquisa buscou compreender de que forma a diversidade cultural, étnica e social presente nas escolas brasileiras pode ser reconhecida e valorizada, promovendo uma educação mais inclusiva; propôs pensar em diferentes práticas pedagógicas que favorecessem o diálogo entre culturas e contribuíssem para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos diante da pluralidade que compõe nosso país.

#### **Objetivo**

Analisar de que maneira a multiculturalidade e a interculturalidade atravessam o contexto educacional brasileiro, considerando a escola como um espaço marcado pela presença de diferentes culturas, saberes e experiências que, embora coexistam, nem sempre se relacionam de forma equitativa. Nesse cenário, a diversidade muitas vezes se organiza como vozes que ocupam um mesmo espaço, que, apesar de se ouvirem, não se escutam, revelando que a simples presença do diferente se aproxima mais de um ruído do que de um diálogo. A partir das contribuições de Vera Maria Candau, Bell Hooks e Neusa Maria Mendes, busca-se compreender como a educação em direitos humanos e a interdisciplinaridade podem tensionar práticas pedagógicas tradicionais e contribuir para a construção de relações educativas mais dialógicas, éticas e comprometidas com o reconhecimento da diferença e o enfrentamento das desigualdades.

## **XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA**

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Itapetininga

### **Metodologia**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória, com foco nas relações entre multiculturalismo, interculturalidade, educação e diversidade cultural no contexto escolar brasileiro. A pesquisa se baseou nas obras dos autores: Vera Maria Candau, Bell Hooks, Neusa Maria Mendes e Dermeval Saviani, cujas contribuições fundamentaram a reflexão sobre a valorização da diferença e práticas pedagógicas inclusivas. O procedimento metodológico incluiu a análise de livros, artigos e legislação, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tratam da diversidade cultural e da educação em direitos humanos. Assim, a pesquisa visa analisar criticamente as práticas pedagógicas e seus impactos nas relações culturais na escola, propondo reflexões para uma educação mais inclusiva e transformadora.

### **Resultados**

A partir das leituras, reflexão e análise dos textos estudados na disciplina, foi possível constatar que ainda hoje nossas salas de aula são espaços onde a pluralidade habita sob camadas de silenciamento, talvez porque nunca tenhamos nos dado ao trabalho de considerar, de fato, que a diversidade não é apenas um dado estatístico — é uma demanda ética. Aquilo que a história nos legou como “educação” foi, por muito tempo, apenas a vontade de um grupo falando em nome de todos. Vera Maria Candau (2008) expressa essa crítica de modo incisivo: a diferença, na maioria das vezes, ainda é tratada como desvio, como algo a ser tolerado, e não escutado, acolhido, ou melhor, integrado. O multiculturalismo, nesse sentido, não pode continuar sendo um conceito estético, que decora discursos, mas nunca altera práticas. É preciso enxergá-lo como um grito coletivo que diz: *não basta coexistir, é preciso conviver*. A educação jesuítica, como lembra Saviani (2007), foi um sistema, mas foi, antes disso, um espelho das intenções coloniais. Sua pedagogia era organizada no intuito de calar — calar corpos, línguas, crenças, epistemológicas. Talvez devêssemos nos perguntar: Quantas vezes repetimos isso com outras vestes? Estamos ensinando ou estamos adestrando? É nesse ponto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos se torna mais do que um eixo de conteúdo a ser ensinado — torna-se um convite. Um chamado inadiável para que a escola abandone sua postura monocultural e assuma seu papel como terreno fértil da interculturalidade, onde as vozes se cruzam sem que nenhuma precise ser diminuída para que a outra floresça. Mas antes de tudo, é preciso um deslocamento profundo: quem está disposto a ouvir? E mais ainda, quem está disposto a ser transformado pelo que escuta? Bell Hooks (1994, p. 37), nos avisa que educar é um ato político – e como tal, corajoso. A verdadeira educação, segundo ela, não é neutra, porque se o fosse, permaneceria confortável demais para quem deseja manter as estruturas tal como estão. Educar para a liberdade exige dissenso, risco, ruptura. Não é à toa que sua pedagogia é chamada de transgressora: ela não quer apenas ensinar conteúdos, ela quer questionar o próprio sentido de ensinar. E quando o faz, abre campo para que sejamos confrontados com quem o outro é — não como imagem idealizada, mas como presença viva, complexa, diversa. Como outro que nos revela o que temos medo de ser. Nesse diálogo, o currículo escolar não pode mais ser visto como cápsula estanque, como compartimento isolado do resto da vida. Aqui entra a interdisciplinaridade: se o mundo é tecido, como pode a escola se permitir fragmentada? Candau (2008) insiste que só há verdadeira educação em direitos humanos quando

## **XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA**

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

*Câmpus Itapetininga*

deixamos de pensar “conteúdos” e passamos a pensar “relações”. Isso vale para as relações entre pessoas, mas também entre saberes. É assim que Neusa Maria Mendes (2009) traz a antropologia para o debate educacional: ao enxergar a escola como um campo onde habitam culturas plurais, ela nos lembra que educar para a diversidade não é incluir “o outro” como favor — é reconhecer que ele já está, mesmo quando é ignorado. A antropologia permite que as diferenças deixem de ser vistas como distâncias. Quando Mendes (2009) diz que esse encontro entre educação e diversidade cria um “campo de possibilidades”, ela está nos pedindo coragem para tirar a palavra “tolerância” de cena e substituí-la por outra: reconhecimento. Ninguém tolera aquilo que admira. Ninguém admira aquilo que teme. O que tememos, afinal? Talvez o que mais temamos seja perder o controle. Segurar firme o bastão da autoridade enquanto fingimos que estamos promovendo o diálogo. Talvez seja por isso que a interculturalidade ainda não acontece como deveria — porque quem detém o poder do currículo muitas vezes está contaminado pelo medo da escuta, medo de não mais poder dizer, sozinho, o que é certo ou errado, o que importa ou o que se cala. No entanto, como lembra a própria Hooks (2013), não existe revolução confortável. Se a escola é um espaço no qual as diferenças se cruzam, então a tarefa de formar sujeitos éticos não pode prescindir da escuta. Vera Maria Candau (2008) é incisiva ao afirmar que “a educação em direitos humanos deve ser pensada numa perspectiva intercultural”, pois só assim será capaz de ir além da retórica e se converter em prática transformadora. O que ela propõe não é um acréscimo de conteúdo ao currículo, mas um reposicionamento do próprio olhar pedagógico: parar de ensinar *sobre* o outro e começar a aprender *com* o outro. E aqui, mais uma vez, as palavras de Bell Hooks (2013) ecoam como um chamado à coragem pedagógica: “Ensinar é sempre um ato performático. É colocar o corpo e a voz em risco”. A autora revela que não há ensino libertador se a sala de aula continuar a ser palco de monólogos e silenciamentos. Para Hooks, a educação que se limita a transmitir conhecimentos sem permitir que esses conhecimentos transformem nossas relações está ancorada não na liberdade, mas no controle. Um caminho possível para essa transformação é o rompimento com o ensino compartimentalizado, que opera como se cada disciplina fosse uma ilha. A interdisciplinaridade, no entanto, não é apenas a soma de conteúdos de várias áreas, mas o convite a um diálogo vivo entre as formas de conhecer. Quando falamos de multiculturalidade, a interdisciplinaridade se torna não apenas um método, mas um posicionamento ético: reconhecer que nenhuma ciência, isolada, dá conta de explicar a complexidade humana. É por isso que a antropologia é tão crucial neste debate, como indica Neusa Maria Mendes (2009). Para ela, a antropologia “nos ensina a estranhar o familiar, a ver como cultura aquilo que muitas vezes naturalizamos.” Em outras palavras, é através desse estranhamento que podemos perceber que a própria noção de “normalidade” é construída — e, muitas vezes, construída às custas de alguém. Isso nos obriga a perguntar: o que a escola considera normal? Quem ensinamos a ser? A sala de aula, nesse sentido, não é apenas um lugar de aprendizado intelectual, mas um espaço onde disputamos os sentidos da humanidade. Quando um aluno é silenciado porque sua língua materna não é o português padrão, quando um conteúdo é omitido porque “não é relevante para o vestibular”, quando uma religião é tolerada enquanto outra é zombada — estamos não apenas ensinando, mas selecionando quem merece estar lá. Dizemos que a escola é para todos, mas nossos gestos negam isso o tempo todo. E aqui é impossível não lembrar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja essência diz que todos os seres humanos nascem livres e iguais em

## **XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA**

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

*Câmpus Itapetininga*

dignidade e direitos. Mas a escola, tantas vezes, opera como se essa igualdade fosse uma ficção. Como se dignidade não fosse algo que atravessa a forma como tratamos o outro, mas apenas um conceito abstrato. A interculturalidade rompe com essa ficção: obriga-nos a sair do discurso para entrar no terreno das relações concretas, onde não basta dizer que todos têm direitos — é preciso criar condições para que possam exercê-los. No entanto, essa postura intercultural exige um esforço contínuo de descolonização. Exige que os educadores reconheçam o que Neusa Mendes chama de “cegueira cultural” — aquela incapacidade de perceber que os nossos padrões são um entre muitos, e não universais ou “o normal”. Exige também que sejamos capazes de olhar para as nossas próprias práticas e admitir: a escola, em partes, tem sido mais opressora do que libertadora. Talvez, então, a revolução de valores de que fala Bell Hooks (2013) não seja um evento grandioso, mas um gesto contínuo. Um processo de desaprendizagem das velhas formas de poder e controle que insistem em sobreviver nas estruturas escolares. Como ressalta Neusa Mendes (2009), educar é sempre um ato de mediação entre mundos. É permitir que o diálogo substitua a imposição, que o respeito substitua o julgamento, que a escuta ocupe o lugar da indiferença. Quando a escola se torna um espaço onde o conhecimento circula de forma compartilhada, a diversidade deixa de ser obstáculo e passa a ser condição da aprendizagem. E é nesse ponto, entre o humano e o diverso, entre o ensinar e o escutar, que a educação reencontra seu sentido.

### **Conclusão**

A educação intercultural, ao se enraizar na interdisciplinaridade e nos direitos humanos, desafia a escola a tornar-se mais do que um espaço de instrução: um espaço de convivência ética e transformação social. Candau (2008) nos mostra que a diferença precisa ser reconhecida como parte da igualdade; Bell Hooks (2013) nos lembra que ensinar é um ato de coragem; Mendes (2009) nos convida a enxergar na diversidade um campo de possibilidades. Mas entre essas vozes, há também a nossa, que se forma no encontro. É ali, na escuta, que a educação deixa de ser imposição e se torna travessia. E talvez essa travessia — incerta, viva, inacabada — seja a verdadeira revolução de valores que esperamos da escola e de nós mesmos.

### **Referências**

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 12 out. 2025.
- CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, p. 45–56, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CANDAU, Vera. **Abecedário de Educação e Interculturalidade com Vera Candau [vídeo]**. YouTube, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/0OWPYJUaT10?si=IGU8ApPJEL8Xu0It>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino**. *Revista Interdisciplinaridade*, São Paulo: PUC-SP, 2014. Disponível em:

## XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFSP ITAPETININGA

Itapetininga, 19, 20 e 21 de maio de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Itapetininga

<https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623>. Acesso em: 10 out. 2025.

GATTÁS, Maria Lúcia Borges; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. **Interdisciplinaridade: uma contextualização.** *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 334–341, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zcxLWkprCCXBFcghb5qfYcp/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Entrelugares: antropologia e educação no Brasil. **Educação. Santa Maria**, Santa Maria, v. 34, n. 01, p. 29-46, abr. 2009. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64442009000100003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442009000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 10 out. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Acesso em: 10 out. 2025.

LINS, Leonardo Diego. **Interculturalidade no ensino de física na educação escolar indígena: a construção do livro didático para uma aprendizagem significativa.** 2019. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/0be12c94-8282-4a5c-a7ca-36f16e2dd076/content>. Acesso em: 12 out. 2025.

MORANTE, Adélia Cristina Tortoreli; GASPARIN, João Luiz. **Multiculturalismo e educação: um desafio histórico para a escola.** In: **Seminário Nacional HISTEDBR**, 7., 2006, Campinas. Anais [...]. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Adeli%20Cristina%20T.%20Morante.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Adeli%20Cristina%20T.%20Morante.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

MONTERO, Paula. (2012). **Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público.** *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 81-101. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v245>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104376>. Acesso em: 10 out. 2025.

<sup>1</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Física, IFSP – Itapetininga/SP. E-mail: [bianca.marques1@aluno.ifsp.edu.br](mailto:bianca.marques1@aluno.ifsp.edu.br) (<https://orcid.org/0009-0005-8288-2426>)

<sup>2</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Física, IFSP – Itapetininga/SP. E-mail: [bruno.hazenfratz@aluno.ifsp.edu.br](mailto:bruno.hazenfratz@aluno.ifsp.edu.br) (<https://orcid.org/0009-0001-3605-3142>)

<sup>3</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Física, IFSP – Itapetininga/SP. E-mail: [l.ezequias@aluno.ifsp.edu.br](mailto:l.ezequias@aluno.ifsp.edu.br) (<https://orcid.org/0009-0008-8922-1710>)

<sup>4</sup>Doutora em Filosofia da Educação, FEUSP. Instituição onde atua: IFSP – Itapetininga/SP. E-mail: [marinasalles@ifsp.edu.br](mailto:marinasalles@ifsp.edu.br) (<https://orcid.org/0000-0002-7939-0456>)